



Embaixada da República de Angola na República Portuguesa

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

01 de Julho de 2025

Elaborado por: Serviços de Imprensa

Av.ª da República nº68, 1069-213
Lisboa - Portugal
Telf.: (+351) 965902180 / (+351) 217967041
Gab CMD: (+351) 210405189
gab.emb@embangolapt.org



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores

“Investimentos em infra-estruturas exigem financiamento adaptado às condições dos países africanos”

O Presidente da União Africana, João Lourenço, defendeu, segunda-feira, em Sevilha, Reino de Espanha, que os grandes investimentos em infra-estruturas, em África, exigem um modelo de financiamento mais adequado e adaptado às condições económicas dos países africanos.

João Lourenço, que foi o segundo orador do dia no debate geral da IV Conferência Internacional sobre Desenvolvimento, depois do homólogo do Iraque, Abdul Latif Rashid, referiu que a ideia é conceber um novo modelo de financiamento, baseado na justiça económica, na inclusão e na mudança de visão, que poderá fornecer ao continente africano recursos e condições com vista a contribuir para a sua transformação.

Este quadro, disse o estadista angolano, vai implicar uma reconstituição da arquitectura financeira actual e que poderá ter sempre em conta as prioridades de África, muitas vezes descuradas.

“É importante sublinhar que não haverá desenvolvimento no continente africano sem infra-estruturas sólidas e funcionais”, alertou o estadista angolano.

O Presidente da UA ressaltou que a capacidade exígua de produção e transporte de energia eléctrica, a falha na rede de estradas e auto-estradas a interligar os países do continente, o baixo investimento em telecomunicações e

tecnologias de informação, e outros, com magnitude equivalente ao que se debate, representam, no seu conjunto, factores que impediram o crescimento económico e o desenvolvimento, por condicionarem, de forma grave, o comércio e a indústria, a circulação de pessoas e bens, a agricultura e a criação de empregos.

Face ao quadro, João Lourenço considerou a IV Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento uma oportunidade para se dar um impulso decisivo a iniciativas que permitam encontrar mecanismos mais ágeis e mais funcionais para a mobilização de recursos financeiros capazes de enfrentar os desafios recorrentes com os quais se deparam os países em desenvolvimento.

Entre os desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento, o líder da União Africana apontou os choques climáticos, as flutuações dos preços das commodities, a erosão da confiança no sistema multilateral e, acima de tudo, o peso insustentável da dívida soberana, que, tal como adiantou, consome mais recursos do que os destinados à Saúde e à Educação, em conjunto, limitando, de forma drástica, a margem de manobra para financiar o desenvolvimento desses países.

“Esta situação constitui um obstáculo claro à realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e ao cumprimento da Agenda 2063, que expressam o nosso compromisso comum com a construção de um mundo mais justo, mais inclusivo e mais resiliente”, aclarou.

Para o Presidente da União Africana, a Conferência, que arrancou ontem e vai até quinta-feira, constitui um momento crucial para uma reflexão sobre os aspectos relativos ao desenvolvimento sustentável global e para a tomada de decisões

que poderão impulsionar a concretização das acções constantes na Agenda 2063 da União Africana.

“Acredito que esta Conferência tomará decisões e fará recomendações que permitirão aos países africanos terem um acesso mais simplificado aos investimentos sustentáveis e a operações financeiras que reduziriam os custos do endividamento e contribuiriam para o fortalecimento da sua influência na governação financeira global”, disse o estadista angolano.

Conferência de Luanda sobre as Infra-estruturas em África

O Chefe de Estado informou que foi pensando no défice de infra-estruturas ainda existente no continente que a União Africana decidiu, na Cimeira de Fevereiro deste ano, realizar uma grande conferência subordinada ao tema “Infra-estruturas como Factor de Desenvolvimento em África”, a ter lugar, em Outubro deste ano, em Angola.

Este evento, precisou o Estadista angolano, tem como propósito mostrar aos parceiros internacionais do continente o mapeamento já efectuado das necessidades neste domínio de investimento público ou público-privado em infra-estruturas, no sentido de os atrair e de mobilizar recursos para a concretização desta “grande ambição”, que visa produzir benefícios e vantagens consideráveis para todas as partes que se envolverem na sua materialização.

Paz e segurança mundial

Face ao momento crítico por que atravessa o mundo, em termos de paz e segurança, o Chefe de Estado angolano disse ser importante que se discuta, neste espaço, esta matéria, tendo sublinhado que sem paz e segurança será difícil marcar-se passo em direcção aos objectivos fundamentais

plasmados na Agenda 2030 das Nações Unidas e na Agenda 2063 da União Africana.

“Esta constatação deve levar-nos a admitir que só numa base de conciliação de interesses e do diálogo estaremos capazes de construir um grande entendimento à escala global, que do nosso ponto de vista é um imperativo dos nossos tempos, para não nos encaminharmos para uma hecatombe em que todos sairíamos a perder”, frisou.

Depois do fim da Guerra Fria, momento em que o mundo devia dirigir toda a sua atenção ao desenvolvimento económico e social, o Presidente da União Africana salientou que, diferente disso, se passou a assistir a uma desenfreada corrida armamentista, a fazer reviver os momentos de triste memória do século passado.

Este quadro, lamentou o Presidente João Lourenço, passou a desviar avultados recursos financeiros e científicos, que deviam estar ao serviço da educação, do ensino, da formação dos jovens, do saber e da investigação científica, virada para a nobre causa do desenvolvimento e do bem-estar dos povos de todo o mundo.

“Esta é a nossa sensibilidade, como dirigentes africanos seriamente preocupados com o rumo que o mundo está a seguir e que requer de todos nós uma postura de responsabilidade na abordagem e na busca de soluções para esta assustadora crise que o nosso Planeta atravessa actualmente”, acentuou.

Dívida africana e o impacto na execução dos programas

O Presidente da União Africana defendeu a necessidade de se fazer jus às preocupações sobre o apoio ao desenvolvimento de África, com a repetição, ao nível dos vários fóruns em que se aborda este tema, sobre a questão das reformas

que se impõem ao sistema financeiro internacional, no qual os mais necessitados devem ter um papel activo e serem envolvidos nos processos de tomada de decisão.

O Chefe de Estado disse que só com estas condições asseguradas se conseguirá viabilizar os objectivos plasmados nas agendas de desenvolvimento, de modo a evitar que os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável se tornem num mero enunciado de boas intenções.

A este leque de preocupações, o Presidente da União Africana adicionou a questão da dívida de África, que disse ter um impacto negativo considerável na execução dos programas.

Informou que a dívida funciona como um freio ao desenvolvimento, devido à escassez de recursos financeiros que daí deriva e limita a capacidade de investimento em sectores-chave das economias africanas, com reflexos muito maus na situação social dos países africanos.

Em razão desta problemática, João Lourenço considerou “bastante oportuna” a Declaração de Lomé sobre a Dívida Africana, adoptada em Maio de 2025 pelos Chefes de Estado e de Governo do continente.

O Estadista angolano explicou que este documento representa um marco importante na construção de uma posição comum africana, em cujo âmbito foram formuladas propostas concretas para enfrentar a crise da dívida.

Esta iniciativa, disse, contempla, entre outros, a criação de mecanismos multilaterais de reestruturação mais justos e transparentes, cláusulas automáticas de suspensão do serviço da dívida em caso de choques externos e o incentivo ao uso de moeda local por forma a reduzir-se a exposição ao risco cambial.

“A Agenda 2063 da União Africana almeja a transformação de África num continente industrializado, integrado e soberano do ponto de vista económico, objectivos que são absolutamente realizáveis, se forem alteradas todas as condições que já referi aqui e que são, de facto, o grande obstáculo a ser transposto para que alcancemos as metas a que nos propomos”, acentuou o líder da União Africana, sublinhando que África dispõe de abundantes recursos naturais para dar o salto que está ao seu alcance e contribuir para o fortalecimento da economia global e na resolução da crise de vária ordem que o mundo enfrenta.

Angola comprometida com a mobilização de recursos internos

O Presidente João Lourenço referiu que Angola está “resolutamente” comprometida com a mobilização de recursos internos, com o reforço da governação fiscal e o combate à fuga de capitais, conferindo uma grande relevância à Convenção das Nações Unidas sobre Tributação Internacional.

O Chefe de Estado angolano deu a conhecer que as negociações, sobre esta matéria, têm registado progressos encorajadores, que devem prosseguir, por se tratar de uma oportunidade histórica para se corrigir os desequilíbrios do sistema fiscal global e garantir uma representação equitativa dos países em desenvolvimento nos processos de decisão fiscal internacional.

Em paralelo, João Lourenço afirmou que África continua a deparar-se com o facto de ser uma das regiões mais vulneráveis, mas, paradoxalmente, das menos responsáveis pelas emissões de gás de efeito estufa, o que deverá levar a que se olhe para o continente com a merecida atenção, proporcionando-se-lhe um aumento significativo do financiamento

climático para o processo de adaptação e mitigação, apoio à transição energética justa e incentivos para a conversão da dívida em acções ambientais concretas.

“Entendemos que a resiliência climática deve andar de mãos dadas com o alívio da dívida e com a construção de modelos económicos sustentáveis”, destacou o Presidente da União Africana (UA). (J.A.)+++++

Presidente João Lourenço recebe em audiência várias entidades em Sevilha.

O Presidente da República e da União Africana, João Lourenço, recebeu em audiência separadas esta segunda-feira, em Sevilha, várias entidades que participaram na 4.ª Conferência da ONU sobre Financiamento para o Desenvolvimento.

Num primeiro momento, o Chefe de Estado recebeu o Primeiro-Ministro da Ucrânia, Denys Shmyhal, segundo divulgou a Presidência da República no Facebook.

Já no segundo momento, o líder da União Africana recebeu o presidente da 79.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, Philèmon Yunji Yang.

Ainda no quadro dos contactos diplomáticos, João Lourenço conversou, também, com o Presidente da Arménia, Vahagn Khachaturya. (J.A.)+++++

Chefe de Estado anuncia mais investimento no sector da Saúde.

O Presidente da República anunciou, segunda-feira, aqui em Sevilha, Reino de Espanha, mais investimentos no sector da Saúde Pública do país, com destaque para

um programa “ambicioso” de formação profissional para cerca de 38 mil profissionais até 2028.

O Presidente João Lourenço avançou a informação durante a participação num painel de alto nível paralelo à Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Desenvolvimento, que se centrou na questão da Saúde.

Organizado pelos homólogos de França, Emmanuel Macron, e do Quénia, William Ruto, este espaço teve como lema “Soluções lideradas pelos países para os desafios do nosso tempo”.

O Presidente da República precisou que estas medidas se enquadram numa das estratégias do Executivo, que passa por melhorar, substancialmente, o panorama da saúde pública em Angola.

“Nós entendemos que sem saúde não há desenvolvimento”, ressaltou o Presidente João Lourenço.

O Chefe de Estado fez saber que o Governo tem vindo a fazer, há 7 anos, um grande investimento no sector da Saúde, com vista a proporcionar melhores condições para os utentes e aos trabalhadores desta área.

No quadro dessas acções, informou que Angola passou, nesse período de 7 anos, de 2.612 unidades hospitalares para 5.958 unidades hospitalares, assim como aumentou em 46 por cento a força de trabalho do sector da Saúde, entre médicos, enfermeiros e outros profissionais do sector.

O Presidente da República referiu que este investimento tem sido feito quer com recursos próprios do Tesouro, quer com recurso ao financiamento externo, de instituições financeiras internacionais, mas, também, da banca comercial.

Hoje, enquanto Presidente em exercício da União Africana, João Lourenço fez saber que tem procurado dar,

também, o maior apoio possível à organização continental, por via do Centro Africano para Controlo e Prevenção de Doenças (Africa CDC), uma agência de saúde pública da União Africana.

Este apoio, precisou o estadista angolano, visa dotar esta instituição de mais capacidade de resposta, para liderar o processo de implantação de fábricas de produção de medicamentos, mas, sobretudo, de vacinas num grande número de países do continente africano.

Informou que Angola já contribuiu, este ano, com cerca de 5 milhões de dólares para o Africa- CDC, por se tratar de uma instituição útil, que vai ajudar o continente a fazer frente às doenças negligenciáveis, como endemias e pandemias.

O Presidente da República salientou que, para haver desenvolvimento, é necessário que se aposte, primeiro, num conjunto de investimento, nomeadamente na tecnologia, em infra-estruturas, mas, sobretudo, na pessoa humana. “Portanto, tudo isso não pode acontecer se não cuidarmos da pessoa humana.

E a pessoa humana, para estar em condições de contribuir para o desenvolvimento dos seus respectivos países, precisa de estar bem, alimentar-se bem e o que é fundamental é ter saúde”, aclarou.

Para o Chefe de Estado angolano, é necessário que as pessoas estejam em condições de saúde, de ter garantida a assistência médica e medicamentosa, para que possam desenvolver as suas capacidades e, desta forma, contribuir para o desenvolvimento económico e social dos seus respectivos países.

Investimento soberano na saúde é importante

Por ser, ainda, um continente que enfrenta um conjunto de desafios, a começar pelas guerras, conflitos armados étnicos e religiosos, África enfrenta situações de fome, pobreza e de muitas doenças negligenciáveis, com realce para as endemias e pandemias, como o Mpox, a Varíola, a Covid, a Cólera e outras situações, que disse preocuparem a saúde pública dos cidadãos.

“Por esta razão, nós falamos, hoje (ontem), aqui neste painel, da necessidade do investimento soberano na saúde, não apenas no continente africano, mas no mundo, em geral, uma vez que não estamos aqui a tratar apenas de um continente, mas as Nações Unidas que têm que se preocupar com o mundo na sua globalidade”, ressaltou João Lourenço.

O Presidente da República destacou que o investimento soberano na saúde é importante e o país está a procurar fazer a sua parte, procurando soluções para investir em infra-estruturas de saúde, ou seja, em unidades hospitalares, investir na formação dos profissionais da área, em fábricas para a produção de medicamentos e de vacinas para atenderem as populações angolanas.

“Todos os países africanos, uns mais, outros menos, estamos a fazer um esforço grande no sentido de evitarmos que se repita o que aconteceu por ocasião do surto da Covid-19, em que o continente, de repente, se viu impossibilitado de produzir as vacinas que podiam fazer frente àquela pandemia”, lembrou o Chefe de Estado, sublinhando que África ficou 100 por cento dependente de outros produtores e continentes, que, em alguns casos, mesmo havendo recursos financeiros, havia dificuldades no seu fornecimento.

“Queremos evitar que isso se repita, porque, naquela altura, foi a Covid-19, mas acreditamos que endemias e

pandemias, pelo menos no nosso continente, são recorrentes”, acentuou. (J.A.)++++

Presidente da União Africana regressa a Luanda.

O Presidente João Lourenço regressou na manhã desta terça-feira, ao país, proveniente de Servilha, Reino de Espanha, onde participou na 4.ª Conferência da ONU sobre Financiamento para o Desenvolvimento.

À chegada no Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, em Luanda, João Lourenço, acompanhado da Primeira-Dama, Ana Dias Lourenço, recebeu cumprimentos da Vice-Presidente da República, Esperança da Costa, ministros de Estado, e de outras entidades do Governo.

O Presidente da República participou na 4.ª Conferência da ONU sobre Financiamento para o Desenvolvimento na qualidade de líder da União Africana, onde proferiu um discurso e participou de um painel sobre construção de sistemas de saúde financiados de forma soberana e resilientes, alinhados com as agendas da União Africana e das Nações Unidas.

No quadro da agenda diplomática, o estadista angolano recebeu, também, em audiência separadas na segunda-feira, em Sevilha, várias entidades que participaram no evento.

(J.A.)++++

João Lourenço tem encontro com o homólogo da Arménia.

O Presidente da República manteve, ontem, em Sevilha, à margem da participação na IV Conferência Internacional sobre Financiamento ao Desenvolvimento, um encontro com o homólogo da Arménia, Vahagn

Khachaturyan, com quem abordou assuntos de interesse comum aos dois países.

Na sequência, o estadista angolano recebeu, num outro momento, em audiências separadas, o Primeiro-Ministro da Ucrânia, Denys Shmyhal, e o presidente da 79ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, o camaronês Philémon Yunji Yang. (JA)++++

Anunciado fim do prazo da prestação de contas.

O Tribunal de Contas anunciou segunda-feira o fim do prazo legal para a entrega dos relatórios de prestação de contas referentes ao exercício económico de 2024 por parte das entidades públicas.

Um comunicado refere que o prazo de seis meses após o fim do exercício está estabelecido na legislação angolana e deve ser rigorosamente respeitado por todos os órgãos e instituições abrangidos.

O processo de recepção destes relatórios decorre no Palácio da Justiça, sede do Tribunal de Contas, com o apoio técnico da Secretaria Geral.

De forma a garantir maior organização e fluidez no atendimento, estabeleceu-se um limite diário de atendimento de 150 utentes.

Até à presente data, foram recebidos 800 processos, reflectindo o intenso esforço das entidades em cumprir com a sua obrigação dentro do prazo estabelecido.

Importância da prestação de contas

A prestação de contas constitui um pilar essencial da boa gestão e do uso responsável dos recursos públicos, um dever legal e ético imposto a todas as instituições públicas, em

nome dos princípios da transparência e responsabilização perante o Estado e os cidadãos.

Este processo permite ao Tribunal de Contas fiscalizar a legalidade e regularidade das despesas públicas, identificar falhas e más práticas de gestão, emitir recomendações para a melhoria da Administração Pública e promover a responsabilização dos gestores que não cumpram os princípios da boa governação.

Desafios à volta do incumprimento do prazo

A Secretaria Geral do Tribunal de Contas, responsável pelo acompanhamento do processo de recepção dos documentos, chama a atenção para o facto de que, apesar de o período legal para a entrega das contas ter início em Janeiro de cada ano, muitos gestores públicos continuam a deixar a submissão dos relatórios para os últimos dias do prazo.

Esta prática provoca grandes congestionamentos e sobrecarrega os serviços técnicos do Tribunal de Contas e dificulta o normal andamento dos trabalhos de análise e fiscalização.

O Tribunal de Contas apelou à consciencialização e responsabilidade dos gestores públicos.

De acordo com o comunicado, a entrega atempada dos relatórios não é apenas uma formalidade legal, mas também uma demonstração de respeito pelos recursos do Estado e de compromisso com a qualidade da governação. (J.A.)++++

Deputados pedem mais verbas para Justiça e Direitos Humanos.

Os deputados da 10.^a Comissão de Trabalho Especializada da Assembleia Nacional recomendaram ao Executivo que, nos próximos trimestres, sejam incrementadas

as verbas destinadas à realização de despesas no sector da Justiça e dos Direitos Humanos.

Reunidos ontem sob orientação do deputado Vigílio Tyova, a Comissão recomendou que este incremento inclua os órgãos da administração local da justiça, que apresentaram níveis de execução exíguos em relação às acções e objectivos programados.

Os deputados reforçaram ainda a necessidade de se inserirem estatísticas que permitam avaliar o impacto das políticas públicas sobre os direitos sociais, humanos e ambientais.

A Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Ambiente da Assembleia Nacional esteve reunida para avaliar a execução do Orçamento Geral do Estado referente ao primeiro trimestre do ano, com atenção especial às áreas que impactam directamente a vida dos cidadãos.

Durante a sessão, constataram que no sector da Habitação foram concluídas 40 casas evolutivas nos bairros da Eiwa e do Miquilengue, na província da Huíla, beneficiando igual número de famílias, que passaram a dispor de melhores condições de habitabilidade e ver satisfeito o sonho da casa própria.

Apesar das limitações de recursos e dos constrangimentos verificados, a 10ª Comissão considerou que o nível de execução é satisfatório, tendo em conta os resultados alcançados, sobretudo pelo impacto positivo registado junto dos grupos em situação de vulnerabilidade.

Contudo, foi constatado que as dotações orçamentais destinadas ao sector da Administração da Justiça e dos Direitos Humanos continuam aquém das necessidades,

comprometendo a concretização em tempo útil das acções previstas no OGE-2025 para o primeiro trimestre. (JA)++++

Reiterada a aposta na produção animal.

O secretário de Estado para a Agricultura e Pecuária, Castro Camarada, reiterou, segunda-feira, a aposta do Executivo em continuar a estimular o crescimento económico do país por meio de programas de fomento à produção animal e de grãos.

As declarações foram feitas durante o seminário sobre Acção Parlamentar para a Segurança Alimentar e Nutricional, promovido pela Assembleia Nacional, onde o governante abordou a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN II) 2025-2034.

Para Castro Camarada, o sector Agrícola tem registado um crescimento médio de seis por cento ao ano.

“Tem havido muita actividade. Se percorrermos o país, veremos que em todos os municípios e províncias há uma forte dinâmica agrícola”, afirmou.

O secretário de Estado para a Agricultura e Pecuária destacou que, apesar dos avanços, a densidade populacional exige uma resposta mais robusta em termos de produção e disponibilidade de alimentos.

“Temos uma população em crescimento constante. O número de pessoas a consumir aumenta todos os dias.

Por isso, é fundamental ampliar significativamente a produção de alimentos”, sublinhou.

Castro Camarada aproveitou a ocasião para esclarecer sobre segurança alimentar. Lembrou que o país dispõe de um Serviço Nacional de Controlo da Qualidade dos Alimentos,

responsável por garantir que os produtos estejam livres de elementos tóxicos e resíduos de agrotóxicos.

“Temos o Laboratório Central Agroalimentar, aqui em Luanda, que é parte integrante desse serviço e fundamental para aferir a qualidade dos alimentos que chegam à população”, destacou.

País está a caminho de consolidar a capacidade nacional

O secretário de Estado para a Agricultura e Pecuária informou que o país está a caminho de consolidar a capacidade de análise e controlo da qualidade dos alimentos, apesar de reconhecer que o objectivo inicial de concluir esse processo até Dezembro de 2025 pode não ser atingido.

Neste contexto, destacou o papel do Laboratório Central Agroalimentar, sob tutela do Ministério da Agricultura, como estrutura de referência para as análises ligadas à segurança e à salubridade dos alimentos.

“Este é o laboratório de referência para as questões relacionadas com a segurança alimentar e dos alimentos. Temos outros complementares, como os do INIS, da Saúde, do Comércio e das Pescas, mas este é o centro principal do Serviço Nacional de Controlo da Qualidade dos Alimentos”, explicou.

Além do reforço da capacidade laboratorial, Castro Camarada realçou a importância de se combater a deterioração de alimentos por meio da transformação local da produção excedente.

Para isso, anunciou o lançamento recente do programa “Transforma Aqui”, promovido pelos ministérios do Comércio e Indústria e das Finanças, em cerimónia realizada na província do Huambo.

O referido programa visa criar capacidade de processamento a nível local, especialmente para os produtos que, de

forma sazonal, chegam ao mercado em grandes quantidades e depois desaparecem. Isso acontece, por exemplo, com o tomate, explicou.

Em seguida, defendeu a criação de pequenas unidades de transformação capazes de aproveitar os períodos de excedentes.

“Com pequenas indústrias, é possível reduzir perdas pós-colheita e valorizar a produção nacional, criando um ciclo mais sustentável para os produtores e consumidores”, esclareceu. (J.A.)+++++

Parlamento aposta na criação de leis para impulsionar segurança alimentar.

O primeiro vice-presidente da Assembleia Nacional, Américo Cuononoca, garantiu, segunda-feira, em Luanda, que o Parlamento está comprometido com a criação de leis que impulsionem a segurança alimentar e nutricional no país.

Ao discursar na abertura do Seminário sobre a Acção Parlamentar para a Segurança Alimentar e Nutricional, o deputado destacou a importância de políticas inclusivas voltadas para a justiça social e o desenvolvimento sustentável, especialmente nas zonas rurais.

“Reafirmamos o nosso compromisso com este processo transformador e colocamo-nos, como sempre, ao serviço da construção de um país mais justo e sustentável”, afirmou.

Américo Cuononoca considerou o tema do encontro oportuno, por coincidir com a celebração do Dia Internacional do Parlamentarismo.

O primeiro vice-presidente da Assembleia Nacional apontou a diversificação da economia como uma das

prioridades estratégicas do Estado angolano, com foco nos sectores da Agricultura, Pecuária, Pescas, Florestas, Indústria Transformadora, Recursos Minerais e Turismo.

Esses sectores, de acordo com Américo Cuononoca, integram os eixos principais da Estratégia de Longo Prazo Angola 2050, que visa transformar a estrutura produtiva nacional e reduzir a dependência de importações.

O político assegurou que o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2023-2027 está alinhado com esses objectivos, e promove o fortalecimento do capital humano, o aumento da produção nacional, a geração de empregos e a melhoria dos níveis de segurança alimentar.

“O plano visa garantir uma alimentação equilibrada para a população e tornar o país menos dependente do exterior”, referiu.

Américo Cuononoca destacou o papel central dos parlamentos na consolidação da democracia e na promoção da segurança alimentar e nutricional. Nisto, alertou para os riscos dos alimentos inseguros que geram doenças e agravam a desnutrição.

Para o deputado, a acção parlamentar deve resultar em legislação eficaz, com vista a melhorar a saúde pública e combater a obesidade, a desnutrição e a anemia.

O primeiro vice-presidente da Assembleia Nacional sublinhou as parcerias já existentes com organizações internacionais como a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação) e o PAM (Programa Alimentar Mundial), e defendeu que sejam ampliadas para incluir a OMS, a UNICEF e organizações regionais como a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Américo Cuononoca recordou a participação da Assembleia Nacional na 3ª Conferência da Rede Parlamentar para a Gestão Sustentável dos Ecossistemas Florestais da África Central (RAPAR) e na 2ª Conferência da Rede de Alianças Parlamentares Centro-Africanas para a Segurança Alimentar e Nutricional (RAPACSAN), em Fevereiro de 2023, em Libreville, Gabão.

“Nesses fóruns, os parlamentares reafirmaram o compromisso com políticas inclusivas de combate à pobreza e promoção de hábitos alimentares saudáveis”, afirmou Cuononoca.

FAO destaca papel do poder legislativo no fortalecimento das parcerias internacionais

O representante interino da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) em Angola, Paulo Dias, reconheceu o papel crucial do Parlamento para o fortalecimento das parcerias internacionais voltadas à segurança alimentar no país.

O responsável da FAO destacou que Angola reúne condições para se tornar uma referência em segurança alimentar sustentável em África. Entre os factores apontados para que isso aconteça, Paulo Dias destacou a fertilidade das terras, a juventude dinâmica, a rica biodiversidade costeira, a tradição agrícola milenar e a vontade política demonstrada pelo país.

“Os parceiros internacionais, como a FAO, estarão sempre ao lado do povo angolano, respeitando, ouvindo, propondo soluções e contribuindo para o desenvolvimento sustentável”, garantiu. (J.A.)++++

Diplomatas europeus constataam projectos no Centro Sul do país.

Uma delegação composta por embaixadores da União Europeia (UE) visita, a partir de hoje até quinta-feira, as províncias do Huambo e Bié, no quadro da cooperação para o desenvolvimento do Corredor do Lobito.

A informação avançada em nota de imprensa esclarece que, durante os três dias, os diplomatas europeus vão participar em encontros institucionais, visitas de campo e sessões de diálogo com autoridades locais, com destaque para os governadores provinciais, sociedade civil, sector privado e câmaras de comércio.

A agenda prevê, ainda, encontros com parceiros académicos e organizações de desenvolvimento, com vista a recolher expectativas, desafios e recomendações para a formulação e reforço dos programas de cooperação do Bloco Europeu ao longo do Corredor do Lobito.

A iniciativa de visitar o Centro-Sul de Angola inscreve-se na estratégia europeia de apoio à diversificação económica inclusiva e sustentável, com forte incidência na criação de emprego para jovens, na promoção do investimento privado e no fortalecimento da governação local. O Corredor de Lobito é um projecto de referência estratégica da Global Gateway da UE, que representa o compromisso em reduzir os défices de investimento a nível mundial para atingir os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovendo ligações nos sectores da Energia, Transportes e no Digital.

Os embaixadores vão sair do Huambo ao Bié de comboio para visitar os projectos da União Europeia nas áreas de protecção infantil e comercialização agrícola, nomeadamente o Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial

(PDAC), no Chinguar, e o Programa de Avanço dos Direitos da Criança (PADRC), nas duas províncias.

O PDAC é um projecto financiado pela Agência Francesa para o Desenvolvimento (AFD) e pelo Banco Mundial, com o objectivo de aumentar a competitividade da agricultura em cadeias de valor seleccionadas e melhorar a avaliação do mercado do agro-negócio.

Já o PADRC é um projecto cujo objectivo é a melhoria sustentável na realização e protecção equitativa dos Direitos das Crianças nas comunidades vulneráveis em Angola, especialmente em cinco municípios das províncias do Huambo e Bié. Consta, ainda, na agenda, visitas a iniciativas apoiadas por Estados-membros da UE, nomeadamente o Centro de Bioveterinária e Produção de Vacinas (Alemanha/Portugal), a Universidade Internacional do Kwanza (Espanha) e a iniciativa de empreendedorismo Orange Corners, promovida pelos Países Baixos.

De acordo com o documento, a visita visa reforçar o compromisso da UE com o desenvolvimento das regiões do interior e consolidar o diálogo entre actores públicos, privados e comunitários, promovendo uma abordagem colaborativa e alinhada com as prioridades nacionais e locais. (J.A.)++++

PGR acolhe Segundo Diálogo entre tribunais e sector público-privado.

O Executivo, por intermédio da Unidade de Informação Financeira (UIF), promove hoje, no auditório da Procuradoria – Geral da República, o 2.º Diálogo entre os órgãos de aplicação da Lei e o sector público-privado, no quadro do reforço do Sistema Nacional de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento

do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (BC/FT/FP).

A iniciativa insere-se no processo de Monitorização Reforçada do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI), na sequência da integração de Angola na lista de países sob acompanhamento reforçado e da aprovação de um Plano de Acção Nacional destinado a colmatar as deficiências identificadas no sistema de combate ao branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa.

O encontro decorre sob o lema “O papel dos órgãos de aplicação da Lei no Sistema Nacional de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas.”

Participam no evento representantes dos órgãos de aplicação da lei, autoridades supervisoras dos sectores financeiro e não financeiro, entidades obrigadas e operadores privados.

O 2.º Diálogo tem como principal objectivo fortalecer a cooperação institucional e alinhar as boas práticas nacionais com os padrões internacionais definidos pelo GAFI.

A organização sustenta a participação da Procuradoria no evento como reconhecimento do papel fundamental do Ministério Público na arquitectura nacional de prevenção e repressão do crime económico-financeiro.

Este Diálogo Público-Privado, refere o documento, representa um marco na consolidação da cooperação operacional entre os sectores público e privado, promovendo o uso eficaz da informação financeira, a detecção de operações suspeitas e a valorização da integridade económica.

Na qualidade de órgão coordenador do processo, a UIF reafirma o seu compromisso em continuar a mobilizar os

diversos actores institucionais e privados, assegurando a implementação integral do Plano de Acção do GAFI, com vista à remoção de Angola da lista de jurisdições sob acompanhamento reforçado. (J.A.)++++

Administradores capacitados sobre organização do Estado.

Administradores municipais, cerca de 21, oriundos de 17 províncias, estão a ser capacitados desde segunda-feira, em Lisboa, Portugal, em matéria sobre desconcentração e descentralização dos serviços públicos.

A formação, promovida pelo Ministério da Administração do Território (MAT), em parceria com o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tem como objectivo reforçar os conhecimentos e as capacidades técnicas na gestão dos municípios.

Durante a formação, serão abordados temas ligados à Gestão Pública, Organização do Estado, Urbanismo e Gestão de Recursos, Políticas Públicas e Participação do Cidadão, Gestão Estratégica e Liderança, bem como Ordenamento do Território e Sustentabilidade.

Segundo um documento a que o Jornal de Angola teve acesso, a acção formativa, que encerra no dia 30 deste mês, visa tornar a governação mais próxima, transparente e eficiente, permitindo que os municípios ofereçam serviços de maior qualidade aos cidadãos.

Com a iniciativa financiada no âmbito do Projecto Njila, o Ministério da Administração do Território pretende reforçar os conhecimentos e as capacidades técnicas dos responsáveis na gestão dos municípios, de modo a tornar a governação mais próxima, transparente e eficiente.

A formação enquadra-se, ainda, no processo de implementação do Eixo dois, do Cronograma de Implementação da Divisão Político-Administrativa (DPA), referente ao capital humano, que, entre outros objectivos, prevê a identificação das necessidades de formação de quadros e elaborar um programa de capacitação alicerçado no Plano de Desenvolvimento do Capital Humano.

Nesta edição, participam na formação os administradores da Maianga, Cazenga e Talatona (Luanda), Panguila (Bengo), Dundo (Lunda-Norte), Sumbe e Quibala (Cuanza-Sul), Moçâmedes (Namibe), Cambambe (Cuanza-Norte), Soyo (Zaire), Calai (Cubango), Dala (Lunda-Sul), Baía Farta (Benguela), Cahama (Cunene), Caála (Huambo), Cuito e Catabola (Bié), Cangandala (Malanje), Macondo (Moxico Leste), Uíge (Uíge) e Quissama (Icolo e Bengo).

No quadro da formação aos administradores municipais, o Ministério da Administração do Território já promoveu uma série de sessões em vários pontos do país.

Em Fevereiro deste ano, o secretário de Estado para as Autarquias Locais, Fernando da Paixão, chegou a referir que o Ministério da Administração do Território (MAT) pretende trabalhar de forma integrada com as administrações municipais, no sentido de encontrar os melhores caminhos para a materialização do plano de acção da implementação da nova Divisão Político-Administrativa (DPA).

O responsável reiterou que, na sequência da execução da nova DPA, urge a necessidade de estarem todos alinhados e integrados para que a implementação da DPA continue decorrer sem sobressaltos.

Fernando da Paixão disse que a lógica da nova Divisão Político-Administrativa é aproximar mais os serviços

públicos às populações, sendo prestados com maior eficiência e qualidade. (J.A.)++++

Guterres apela à atenção ao cumprimento dos ODS.

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, apelou, segunda-feira, em Sevilha, ao cumprimento cabal dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), alertando que dele depende o tão almejado progresso mundial.

Ao intervir na abertura do debate geral da IV Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, o chefe da ONU informou que o financiamento constitui o motor desse desenvolvimento.

O não financiamento deste projecto, traçado pelas Nações Unidas, prosseguiu Guterres, pode levar ao fracasso dos ODS. “O financiamento é o motor do desenvolvimento, mas está a correr o risco de falhar”, declarou o diplomata português ao serviço das Nações Unidas.

A aceleração dos ODS está dependente de 4 triliões de dólares, que serviriam para atender a várias necessidades no mundo, entre as quais a saúde, educação e infra-estruturas.

A IV Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento termina na próxima quinta-feira, com o “Compromisso de Sevilha” a destacar-se como a solução a sair deste evento internacional das Nações Unidas, que juntou várias dezenas de Chefes de Estado e de Governo e mais de 300 reuniões paralelas.

O Compromisso de Sevilha, que cria uma nova arquitectura na esfera internacional, foi adoptado por mais de 190 Estados-membros das Nações Unidas, neste encontro de Sevilha.

O programa de financiamento para acelerar a implementação dos Objectivos de Desenvolvimento perdeu força com a retirada dos Estados Unidos da América, que era, até então, o seu maior financiador.

O último encontro do género aconteceu em 2015, em Adis Abeba, Etiópia. (J.A.)++++

Felipe VI defende plano de acção mais tangível.

A criação de um novo plano de acção, com base no que é concreto, tangível e accionável, deve surgir para dar resposta aos desafios ligados à implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, defendeu, ontem, em Sevilha, o Rei de Espanha, Felipe VI.

Para o Rei de Espanha, a concretização desta meta deve passar por um impulso virado para a renovação da Agenda 2030 das Nações Unidas, que reúne os ODS.

Por sua vez, o Chefe do Governo espanhol, Pedro Sánchez, apelou ao bom senso dos países desenvolvidos, face ao financiamento dos ODS, lembrando que milhões de pessoas dependem das escolhas a serem feitas nesta Conferência de Sevilha.

Pedro Sánchez apelou aos líderes mundiais a escolherem solidariedade em vez de indiferença e coragem em vez de conveniência.

Para o secretário-geral da Conferência, Li Junhua, o “Compromisso de Sevilha” surge para sanar o stress sobre a solidariedade internacional e para devolver às pessoas ao centro das atenções.

A directora-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Ngozi Okonjo-Iweala, destacou que, depois de

décadas de contribuições positivas, o sistema comercial global foi agora “severamente interrompido”.

Ngozi Okonjo-Iweala explicou que as exportações ficaram muito afectadas por medidas tarifárias unilaterais e incerteza política, que fizeram com que a instituição que dirige diminuísse, de forma drástica, as previsões de crescimento.

(J.A.)++++

Angola ganha primeiro Hangar de manutenção.

O ministro dos Transportes, Ricardo d’Abreu, enalteceu o facto de as companhias aéreas nacionais poderem reduzir os custos fixos de produção, em virtude da inauguração, segunda-feira, do primeiro Hangar de Manutenção Aeronáutica, localizado nas instalações do Aeroporto 4 de Fevereiro.

Ricardo d’Abreu, que procedeu ao corte da fita, disse que o Centro de Manutenção trará um grande impacto na capacidade operacional de resposta e diminuição de custos de toda a actividade aeronáutica exercida no país.

O novo empreendimento, na opinião de Ricardo d’Abreu, representa um passo importante para a consolidação do sector aeronáutico e configura um marco no quadro dos esforços do país para atingir a soberania técnica e melhorar a gestão técnica das aeronaves, helicópteros, infra-estruturas aeronáuticas e aeroportuárias.

Quanto à redução de custos, o ministro sublinhou que “é uma realidade”, porque as empresas deixarão de ter necessidade de transportar os seus meios e profissionais para o exterior sempre que haja necessidade de manutenção das aeronaves, o que implica gastos com equipamentos e pessoal de acompanhamento.

“Para fazer a manutenção das aeronaves, é necessário transportar de Angola para o exterior profissionais para acompanhar o processo, uma realidade que deixará de existir, porque com o novo espaço será tudo feito no país”, disse.

Certificação internacional

O Centro de Manutenção pertence à empresa angolana Tecnair e foi certificada como Proves Maintenance Organization (AMO). A infra-estrutura tem ainda certificação da Direcção Nacional da Aviação Civil (DNAC), segundo as normas da Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO), do Programa de Avaliação da Segurança da Aviação Internacional (IASA) e da Administração Federal da Aviação (FAA).

Ricardo d’Abreu sublinhou que se trata da primeira empresa de manutenção aprovada no país, um marco importante, particularmente no ano em que o país celebra os 50 anos da Independência Nacional, cuja operacionalização conta com técnicos nacionais competentes formados no exterior.

“A partir de agora, temos um centro devidamente certificado e alinhado às melhores práticas internacionais emanadas pela Aviação Civil a nível internacional. A meta é evoluir para outra natureza de aeronaves e outro modelo de intervenção”, afirmou o ministro.

Por sua vez, Brandão Ramos, um dos proprietários da Tecnair informou que a nova infra-estrutura teve um custo que ronda nos dois milhões de dólares, um espaço que terá uma mão-de-obra nacional.

A Tecnair resultou da antiga empresa “Ermec”, empresa que há 35 anos exercia actividade na área de manutenção aeronáutica dos aviões e helicópteros da Força Aérea Nacional.

Segundo Brandão Ramos, ao longo dos anos, a empresa investiu cerca de 10 milhões de dólares, principalmente na formação contínua dos quadros com vários fabricantes internacionais de helicóptero, motores e equipamentos, nomeadamente Itália, França e Estados Unidos da América.

“A Tecnair, que teve início há 10 anos, já tinha 25 com o anterior nome de Ermec, que em termos de quadros tem oito engenheiros e 42 técnicos de manutenção aeronáutica”, sublinhou Brandão Ramos, acrescentando que até ao fim de 2027 haverá no país 47 helicópteros, a contar já com os 27 existentes.

“Os técnicos que temos são os necessários para continuarem com assistência técnica e a manutenção dos helicópteros”, sublinhou o especialista, garantindo que a empresa vai continuar a capacitar quadros, e passar para o próximo passo do sector da Aviação Civil. (J.A.)+++++

Ministro Mário Oliveira defende uso responsável das redes sociais.

O ministro das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, Mário Oliveira, defendeu, esta segunda-feira, ao uso responsável, construtivo e patriótico das redes sociais.

Numa mensagem por ocasião do Dia Internacional das Redes Sociais, que se assinala hoje, 30, o ministro ressaltou o papel das redes sociais como ferramenta de união, formação, informação e desenvolvimento.

Na missiva partilhada na sua página oficial do Facebook, Mário Oliveira entende que estas plataformas devem ser espaços de paz, progresso e afirmação da soberania informativa e digital.

“Celebramos hoje o Dia Mundial das Redes Sociais, um momento oportuno para reflectirmos sobre o impacto destas plataformas na vida dos cidadãos, na governação e na forma como comunicamos em tempo real”, escreveu.

Mário Oliveira destacou que as redes sociais se tornaram uma ferramenta essencial na promoção da liberdade de expressão, inovação e participação cívica.

Em Angola, assinalou, o seu uso tem vindo a crescer exponencialmente, sobretudo entre os jovens, servindo como meio de partilha de ideias, valorização da identidade nacional e incentivo ao empreendedorismo digital.

O ministro advertiu, no entanto, contra a utilização indevida das redes sociais como veículos de desinformação, incitação ao ódio e ataques à honra de pessoas e instituições.

Defendeu ser responsabilidade partilhada entre o Governo, sociedade civil, utilizadores e plataformas digitais assegurar um ambiente virtual saudável, inclusivo e comprometido com o bem comum.

Reafirmou, igualmente, o empenho do Ministério na modernização das infra-estruturas de comunicação, na promoção da literacia digital e no fortalecimento de uma comunicação social plural, forte e baseada na verdade. (J.A.)+++++

Serviços de Comunicação Institucional e Imprensa da Embaixada da República de Angola na República Portuguesa, 01 de Julho de 2025.